

Estado da publicação: O preprint não foi submetido para publicação

PROGRAMA, SEUS GPS E CLIENTES: TECNOLOGIA DE GÊNERO E PERFORMATIVIDADE LABORAL

Eros Sester

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9804>

Submetido em: 2024-09-10

Postado em: 2024-09-24 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

PROGRAMA, SEUS GPS E CLIENTES: TECNOLOGIA DE GÊNERO E PERFORMATIVIDADE LABORAL

Eros Sester

<https://orcid.org/0000-0002-7191-8287>

eros.sester@gmail.com

Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, SP, Brasil

RESUMO: Este trabalho investiga a desconstrução e reimaginação do conceito de “trabalho sexual”, enfocando o processo de produção de corporalidades na sua relação com a circulação de bens e dinheiro a partir de trabalho de campo realizado com garotos de programa (GPs) desde São Paulo. A proliferação de categorias laterais (pornógrafo, massagista, acompanhante etc.) e a vulnerabilidade evidenciada pela violência estrutural explicitam o processo mediante o qual a forma-profissão emerge performativamente (em contraste, por exemplo, com a forma-amizade). A abordagem proposta, anti-essencialista e interseccional, adota como premissa o fato de que as subjetividades fundamentais da relação prostitucional, GP e cliente, são forjadas a partir do encadeamento sistemático de situações-programa. O programa é visto como uma célula atitudinal mediante a qual tais devires se estabelecem e reproduzem, mobilizando uma rede que envolve instituições, serviços e não-humanos e multiplicando territorialidades.

Palavras-chave: Prostituição, Sexualidade, Gênero, Masculinidades, Corporalidades

“PROGRAMA” (TRICK), MALE ESCORTS (GAROTOS DE PROGRAMA / GPs), AND CLIENTS: GENDER TECHNOLOGY AND LABOUR PERFORMATIVITY

ABSTRACT: This paper investigates the deconstruction and reimagining of the concept of “sex work”, focusing on the process of producing corporealities in relation to the circulation of goods and money, based on fieldwork conducted with male sex workers (garotos de programa / GPs) in São Paulo. The proliferation of lateral categories (pornographer, massagist, escort, etc.) and the vulnerability evidenced by structural violence highlight the process through which this profession-form emerges performatively (in contrast, for example, with the friendship-form). The proposed approach, anti-essentialist and intersectional, takes as its premise the fact that the fundamental subjectivities of the prostitutorial relationship, GP and client, are forged through the systematic chaining of “programa”[trick]-situations. The “programa” is seen as an attitudinal cell through which these becomings are established and reproduced, mobilizing a network that involves institutions, services, and non-humans, and multiplying territorialities.

Keywords: Prostitution, Sexuality, Gender, Masculinities, Corporealities

INTRODUÇÃO

Neste paper apresento algumas das principais contribuições presentes na tese “*Uma aposta no abismo: a produção laboral do sexo em uma etnografia de programas, seus corpos & seus sujeitos*”, de minha autoria. Os dados que lastreiam as análises aqui desenvolvidas foram coletados junto a treze interlocutores (sobretudo garotos de programa, que chamaremos aqui de GPs) entre 2018 e 2022, de modo a acompanhar diferentes trajetórias e abordagens sobre os temas propostos. As entrevistas foram sistematizadas e analisadas na tese, que foi defendida em novembro de 2023, tendo sido

aprovada e publicada neste ano. A abordagem analítica passou pela revisão da bibliografia brasileira sobre prostituição masculina, incorporando como matriz fundamental os estudos de gênero e sexualidade na sua ênfase anti-essencialista e interseccional.

Ao longo do presente texto, apresentarei a conceituação formal dos atores que emergem dos programas, fazendo importantes notas metodológicas, para, então, apresentar uma discussão sobre a produção social do expediente para a pessoa GP.

UMA ANTROPOLOGIA DO PROGRAMA

GP (lê-se gepê) é uma das principais categorias utilizadas ao longo do campo para definir sujeitos que co-protagonizam situações-programa. O termo baseia-se na abreviação da expressão “garoto de programa”, palavra que possui o mesmo significado, e que pode ser intercambiada livremente com a categoria “boy”. Categorias como “michê”, “puto”, “prostituto”, “modelo”, “escort”, “acompanhante” e “trabalhador sexual” podem ser utilizadas para se referir aos mesmos sujeitos, mas solicitam maior contextualização quando utilizadas.

O GP é, por um lado, um sujeito fundamental para a realização das situações a partir das quais o fenômeno da prostituição é viabilizado. Não à toa são chamados “de programa”. O termo “garoto” evoca, por outro lado, um traço fundamental: uma marca etária. É, contudo, uma marca que reside na posicionalidade. O garoto não está em uma coorte, mas em uma relação. O garoto é mais novo *em relação*. Outro dado é que a *garotidade* dele é constantemente emulada, performatizada, manipulada.

Uma pesquisa sobre GPs na capital do Rio de Janeiro aponta: “Assim como o nome, a idade exata pode ser contextual e relacional no meio da prostituição masculina” (BARRETO, 2017: p.25). Eu daria ênfase aos aspectos *contextuais* e *relacionais* da autoapresentação em termos etários; o “exato” é, por outro lado, iminentemente plasmático no campo da prostituição masculina. Sobre um interlocutor de pesquisa, aliás, um antropólogo escreveu, com acurácia descritiva: “Ora tinha 24, ora 26 e por acaso de algum registro 29 anos” (OLIVEIRA, 2019: p.10). Assim, a *garotidade* não é regida absolutamente por convenções numéricas de idade, e tais convenções são eventualmente manipuladas.

Há um sistema de contrapesos (interseccionais) que aloca a “garotidade” em um lugar não necessariamente unívoco em uma escala dos valores que orientam a escolha por determinado GP para o co-protagonismo da situação-programa (como silhueta, atitude, cor/etnia, altura etc.). Esse sistema de contrapesos torna-se mais evidente quando levamos em consideração o GP-mais-velho-em-relação ou o cliente-mais-novo-em-relação.

O cliente (categoria que descreve o outro sujeito fundamental da cadeia de engendramento de programas) é, contudo, comumente mais-velho-em-relação. O senso comum o descreve com frequência como uma pessoa provida com mais capitais materiais *em relação*, fato que não pode ser generalizado, apesar de operar simbolicamente. Se existem marcas que disputam o sistema de valores que vigora sobre a construção social do GP (idade, afetividades, atributos raciais, gesto erotizado, altura, estilização corporal, plasticidade genital etc.), com relação à construção imaginária do cliente não vige um conjunto muito claro de expectativas, senão a que se relaciona com seu poder de compra – embora paire sobre ele, como também ocorre com o GP, uma série de pressuposições.

Para este estudo, o GP define-se por ser alguém que, no curso de reiteradas situações-programas, passou a se entender e/ou ser entendido coletivamente como tal. O GP normalmente sai das situações-programas com alguma quantia de dinheiro (seja ela entregue pessoalmente ou adquirida mediante canais digitais) ou uma promessa de quantia, senão com a posse de algum bem entendido como de valor equivalente a uma parte dessa quantia. Quando ele não sai da situação com esse valor, ainda assim, é fundamental que tenha havido a expectativa em recebê-lo.

A recepção dos valores está condicionada à existência do cliente, com quem realiza um ritual de negociação e acordo prévios ao programa. O GP, portanto, define-se na relação que é estabelecida com o cliente na situação-programa.

O cliente é, por outro lado, aquele que, no curso de uma ou mais situações-programas, se define pela relação estabelecida com um GP. Para ser cliente é necessário haver ao menos a intenção de trocar quantias monetárias e/ou bens por uma situação previamente acordada e negociada com o GP. Ademais, o cliente define-se pelo poder de escolher com quem (e quando) ele engatilhará a situação-programa.

O programa, aqui descrito como uma situação, é um encontro¹ entre pelo menos um cliente e um GP. Ele se define pelo estabelecimento de uma relação espaço-temporal marcada por práticas marcadamente sexuais, eróticas, afetivas, desejosas. Há expectativas de ambos os lados postas em marcha desde o processo de negociação e acordo prévios até pelo menos o fim do programa, ao cabo do qual o GP toma para si, em situações regulares, uma quantia monetária e/ou um bem, oferecido pelo cliente.

A negociação ela-própria é, ademais, passível de ser desejosamente reificada. Cristiano Hamann e co-autores/as relatam que seus entrevistados GPs “indicaram que a negociação do sexo se constituía de um processo erótico por si, em alguns momentos indicando que a própria materialidade do dinheiro ou a posição a ser ocupada como alvo do desejo alheio suscitava excitação” (2018: p.473-474). Não descartamos, neste ponto, que o cliente também esteja investido eroticamente neste processo.

Prosseguimos. Uma dimensão fundamental do programa são os trajetos que ele demanda, a relação com determinadas espacialidades e temporalidades, mais ou menos institucionalizadas. Afinal, “processos de fabricação de pessoa e de produção do espaço são imbricados, de modo que se cruzam e se fazem mutuamente, pois assim como as pessoas, o lugar como um caso especial de espacialidade, é uma relação” (OLIVEIRA, 2018: p.130).

Outro traço comum, mas não absoluto, é a liminaridade, isto é, a natureza relativamente fugidia e errática dos vínculos que ele enseja. Tal liminaridade se expressa sobremaneira em índices morais, como orientação relacional, “marginalização” performativa-estrutural e a contiguidade com o terreno da violência e da contravenção, e sociológicos, como a flutuação da atribuição simbólica ao dinheiro e bens agenciados de forma análoga no programa.

Por fim, é comum, para que exista o programa, que uma série de elementos materiais seja considerado (desde o espaço onde o programa ocorrerá até próteses, camisinhas, fármacos, drogas recreativas etc. e outros elementos eventualmente agenciados). Assim, um rol decisivo de coisas é igualmente convidado a compor esse intrincado processo de co-produção-fabricação inter-producente que é engatilhado na situação do programa.

Engendra-se, no curso da movimentação dessas teias, “formas outras de prazer” – e captura, eu acrescentaria – “que se possibilitam dentro do marco da subjetivação capitalística contemporânea, no agenciamento com elementos não-humanos como dinheiro, presentes, e outros benefícios” (HAMANN, 2019: p.135).

A reiteração da prática de programas implica também na construção (e ratificação) social de um roteiro-de-programa, ou de roteiros-de-programas. Os roteiros prévios são parte das negociações que antecedem as situações, e são postos à prova durante os programas propriamente ditos.

GPs e clientes também meditam, com frequência, ao longo de todo o processo, a respeito dos riscos implícitos às condições de condução dos programas. O risco, todavia, eventualmente se

¹ A pesquisa versou sobre as interações que supõem a co-presença como central.

deflagra como tensor libidinal (PERLONGHER, 2008) fundamental no processo de erotização do evento.

A existência de um programa, portanto, retifica e tensiona a produção social de sujeitos, organiza e é organizada espaço-temporalmente e mobiliza uma constelação de atores (humanos e não-humanos) e instituições com implicações econômicas, sociais e simbólicas.

Passamos, antes das principais análises, a um breve punhado de comentários sobre a abordagem analítico-metodológica utilizada e defendida pela tese.

TRATO ANTIESSENCIALISTA SOBRE A POPULAÇÃO ESTUDADA

Nenhuma masculinidade é absolutamente hegemônica

Porque Néstor Perlongher publicou em 1987 no título de seu livro que a prostituição era *viril*, isso não significa necessariamente que, para o autor, todo GP assume traços de uma identidade a mais hipermasculinizada possível o tempo inteiro. O próprio antropólogo explicita, em seu estudo vanguardista, as variações de expressão de *gênero* ao longo de um código-território (2008: p.159-161), estabelecendo um “quadro de nomenclaturas classificatórias” (p.156) ao longo do qual diferentes papéis assumem posições em um contínuo cujos pólos representam a díade molar masculino/feminino. “Pode acontecer”, explica o autor, “que os sujeitos ‘ocupem’ sucessivamente diversos lugares do código, isto é, se desloquem ao menos intermitentemente pelas várias casinhas classificatórias, mudando de classificação conforme o local e a situação” (p.159).

Não existem, portanto, masculinidades etéreas. Ou, pior, **uma** masculinidade dominante.

Quando se diz que “é importante dizer que o corpo do michê é o corpo masculino hegemônico. Para o negócio, é esse o corpo que importa” (VIANA, 2010: p.67), estamos condensando um leque gigantesco e polimorfo de situações e expressões corporais e de gênero em um monólito de pouca usabilidade conceitual.

É, portanto, necessário **problematizar o hegemônico**. Um exercício analítico desconstrucionista nos desencoraja a aceitar qualquer masculinidade como monolítica. Desse modo, descrever as performances de GPs como *hegemônicas tão e somente*, sejam as masculinamente *amaneiradas* ou imputadas como *viris*, é pobre. Encerrar a construção sócio-sexual da masculinidade no termo *hegemônico* sabota uma série de debates importantíssimos, a saber:

- Essa masculinidade atua de forma diferente em diferentes palcos? O que se está chamando de hegemônico ocupa ao mesmo tempo os terrenos do expediente, da fantasia, da sociabilidade extra-prostitucional?
- Essa masculinidade é entendida como hegemônica no lugar de origem (ou de partida) do GP?
- Essa masculinidade é hegemônica em consenso entre não GPs? Entre clientes? É consenso entre pessoas não-pesquisadoras?
- Essa masculinidade enquanto racializada, é entendida como a mesma hegemonicamente? Há univocidade de silhueta e classe nesse sentido?

O mais conveniente, destarte, seria tratar os termos *hegemônico* e *heteronormativo* não como respostas, mas como perguntas, como roteiros de análise.

Ademais, masculinidades e feminilidades são ferramentas conceituais que servem para olhar e focalizar sujeitos e práticas sócio-culturais. Podemos usá-las, inclusive, no registro de um exercício de convivência mútua, de modo que não é possível dizer, por exemplo, sobre GPs, que “as transformações corpóreas encaixam-se em um estereótipo de macho ideal: ausência de indício feminino” (FARIAS, 2013: p.345). Mais produtora, por outro lado, seria tomar partido de um

sobre-vestimento masculinizado conjugado com uma performance que sistemicamente elide traços que podem ser interpretados como “indício feminino” para entender as estratégias agenciadas por GPs em seus devires prostitucionais.

Não se compram (ou alugam) corpos.

Lê-se em um artigo de 2013: “O garoto de programa dispõe de seu corpo para aluguel, admitindo tratar-se de um serviço prestado, e o outro, o cliente procura satisfação sexual, pagando pelo ‘serviço’” (FARIAS, 2013: p.345). Aqui argumentamos que é impossível afirmar que exista o *aluguel* de um corpo ou, como não é incomum na literatura mapeada e também no senso comum, a *venda* de um corpo (o *vender corpo* como suposto sinônimo de *prostituir-se* ou *realizar programa*), sobretudo pressupondo a inexistência de coação ou exploração no contexto dos programas.

A abordagem de um corpo como objeto que pode ser vendido ou alugado é problemática em uma perspectiva materialista. Se tomamos o corpo a partir da atividade mercantilizada de que é co-extensível, logo, esvaziamos o argumento, posto que, desse ponto de vista, não existiria corpo impassível de ser alugado. Todos os corpos seriam alugáveis, independentemente da atividade mercantil. Logo, a ideia de aluguel corporal seria tautológica. Será que o corpo na prostituição é inteiramente alienado (a ponto de ser alugável ou comprável) ou quando isto é afirmado apenas corrobora-se uma premissa moralizante sobre o corpo do GP ao afirmarmos que este é alugado?

O corpo neste contexto seria o quê? Objeto? Meio? O quê?

Antropologicamente, o corpo é um veículo simbólico. Aqui ele é tomado como parâmetro para entender o conjunto de implicações engendradas por situações-programas. De acordo com essa perspectiva, um corpo não poderia ser alugável, porque a etnografia aponta para uma *ação de interação física* que, aí sim, ocorreria mediante uma negociação em termos monetário-financeiros ou de trocas de bens.

Juridicamente, ao menos no Brasil, não existe aluguel de corpos, apenas de atividades e serviços mediados por corpos.

Economicamente, por fim, o corpo é potencialmente decomposto em ativos que podem ou não ser acionados apenas mediante o gesto, a atividade, a ação etc. O programa é, grosso modo, um ativo do GP, e não o GP um ativo do programa.

Trato descritivo

Ratifico o compromisso com a descrição densa do texto etnográfico, que supõe o exercício de evitar construtos objetificantes. No caso da prostituição masculina, o corpo é tradicionalmente focalizado com centralidade em descrições e análises, fato justificado pelas expectativas estruturantes e estruturais atribuídas ao mesmo, posto que é por meio e através de sua evocação total ou metonímica que o GP cumpre seu papel na relação com o cliente.

Apesar do corpo ser efetivamente central nos discursos êmicos sobre a prostituição, ainda é uma *escolha* abordar o fenômeno a partir das descrições corporais, posto que não existe relação social alheia ao mesmo. Impondo-se o corpo como modelo de análise incontornável para pensar o fenômeno da prostituição masculina, as descrições densas precisam refletir o exercício de uma antropologia ética e posicional, baseada em descrições objetivas e anti-essencialistas.

No nosso caso, faço isso evitando a sobre-determinação do corpo do GP como plasticamente unívoco. Ou pior, a sobre-determinação do GP como um corpo tão e somente. Na tese, dou cabo a esse procedimento mediante a desconstrução certos vícios etnográficos, aqui resumidos:

1. **O corpo *malhado*:** Considero que termos como “malhado”, “bombado”, “definido”, “musculoso”, “atletico” e “rijo” não são categorias de análise antropológica ou descritores que favorecem uma descrição densa anti-essencialista, pois carecem de objetividade, sendo carregados de um componente subjetivo que demonstra mais aderência a convenções do senso comum do que à práxis da descrição densa. Ademais, a revisão da bibliografia realizada para esta tese encontrou poucas definições para os termos supracitados, e as encontradas foram pouco conclusivas. Ainda, entendemos que corpos chamados “malhados” não são estáticos ou monolíticos, estando em processos contínuos de transformação, e a percepção acerca do que seja um corpo “musculoso” é plástica e varia também a partir do contexto sociocultural e da percepção subjetiva da pessoa pesquisadora que descreve. Entendo que o rol dos termos supracitados apenas torna-se relevante enquanto categorias êmicas bem situadas e definidas a partir da descrição densa. Um outro exemplo de solução descritiva de utilização bastante temerária, é o uso de métricas morfológicas.
2. **O corpo que *lembra, aparenta ou parece*:** Outro vício descritivo é terceirizar a descrição para o imaginário social do leitor ou para convenções sociais que são/estão laterais ao campo simbólico sem descrevê-los ou revisá-los².
3. **O corpo *estético*:** O mesmo refere-se a um corpo indexado a uma determinada “estética”, o que pode incorrer em imprecisão ou, necessário dizer, reificação de pessoas interlocutoras de pesquisa³.
4. **O corpo *cuidado*:** Outro conceito de alto teor subjetivo é o conceito de *cuidado*⁴. Além da noção ela-mesma de *cuidado* carecer de definição, entendemos que a aproximação entre tais conceitos pressupõe uma leitura bastante enviesada, posto que há diferentes formas de *cuidar* e *se cuidar*, e não necessariamente as formas de estilização corporal estão no registro epistêmico do *cuidado*. Ainda que estejam, seria temerário supor que há *falta* de cuidado, ou maior, menor cuidado. Igualmente, o conceito de *bem-vestido* carece de referenciais objetivos e contextualizados para ser eficaz como descritor. O caráter reificador da noção de cuidado como acionável opera no registro de uma reiteração sistemática, a ponto de naturalizar a vinculação entre tal noção (e a de *estética*) com modelos corporais específicos.
5. **O (des)sujeito *vago*:** O procedimento de fazer ilações subjetivistas especulativas sobre os fatos alegados em campo por interlocutores (SESTER, 2024: p.43).

² Em um artigo de quatro anos atrás se lê: “Eram em sua totalidade, pretos e pardos, ou seja, negros. Alguns, inclusive, *aparentavam* ser moradores de rua, pois suas roupas eram muito velhas e sujas. Apenas uma vez, durante o trabalho de campo, encontramos um garoto de programa branco que *lembrava* aqueles que se prostituíam no centro da cidade (...) Na Região Universitária, os garotos de programa que *lembram* moradores de rua parecem se conhecer e habitar um galpão abandonado, uma espécie de oficina” (PASSAMANI et al., 2020: p.9). Neste caso, nota-se, por exemplo, a ausência de uma descrição assertiva sobre o que é aparentar ser um “morador de rua” [pessoa em situação de rua, isto é, pessoa privada por tempo indeterminado de dignidade habitacional]. Tal escolha abre espaço também para a seguinte questão: quais são as apresentações possíveis de um “morador de rua”? Seria a “aparência de morador de rua” um construto descritivo útil?, seja como recurso efetivo de descrição, seja pelo comprometimento ético em não reduzir e objetificar uma população subalternizada?

³ Por exemplo: “O espaço com garotos de programa é um lugar organizado pelo culto do desejo e dos prazeres que se unem pela pele viçosa, por músculos rijos e uma ‘*estética de periferia*’” (POCAHY, 2012: p.138)

⁴ Por exemplo: (i) “É possível encontrar garotos de programa jovens, brancos e *bem-vestidos*, que têm *cuidados estéticos destacados* (...) Quem se veste melhor e tem o corpo, *aparentemente*, mais bem *cuidado* é flutuante. Estes se revelam estudantes do ensino médio ou universitários e estão ali para fazer um extra e se divertir um pouco” (PASSAMANI et al., 2020: p.9). (ii) “Esteticamente mais bem ‘*cuidados*’, se percebe claramente entre eles uma maior preocupação com a aparência física” (VIANA, 2010: p.47). (iii) Uma das coisas que se pode observar no *boy* é o *cuidado estético*, a preocupação com a aparência física. Não é à toa que *a primeira imagem acionada quando se pensa* em homens que se prostituem é a figura de um indivíduo *forte, malhado*, que corresponda a determinado padrão de beleza” (BARRETO, 2017: p.77).

Baseado na desconstrução de tais vícios descritivos e etnográficos, postulou-se como fundamental considerar a dignidade dos GPs como sujeitos diversos em realidades idiossincráticas, que podem estar em situação de vulnerabilidade social, e que, mesmo assim, ainda colaboram voluntariamente para a produção do conhecimento mediante a alienação de um tempo que poderia ser utilizado, por exemplo, para a prospecção de clientela. Assim, o respeito a essa população, expresso mediante descrições e análises rigorosas, consiste da contrapartida mínima oferecida por pessoas pesquisadoras.

POSICIONALIDADE: UMA ANTROPOLOGIA-PUTO

Partindo do entendimento da ciência antropológica como a *produção de conhecimento preciso, situado e responsável*, foi fundamental, como procedimento científico, registrar os imponderáveis e condicionantes que impactaram a escrita da tese em termos epistemológicos, metodológicos e éticos. Um desses aspectos foi o fato de eu ter sido GP – isto é, ter estado engajado sistematicamente em situações-programa – em boa parte do processo de doutoramento.

Ser um “pesquisador-nativo” foi um grande atrativo no estágio inicial da pesquisa, pois implicava em um deslocamento de posicionalidade acadêmica que eu julguei e continuo julgando como extremamente proveitoso para desconstruir alguns consensos do senso comum (alguns dos quais eu via e vejo reproduzido por algumas pessoas pesquisadoras, conforme explícito na seção anterior). Assim, tal postura representa uma guinada sobre a posicionalidade na pesquisa sobre GPs. Eu não tive o intento de fazer tão e somente uma antropologia sobre o putto, mas uma antropologia-putto. A tese foi o principal produto desse processo de deslocamento posicional.

Minha condição implicou que eu tomasse decisões parametrizadas por referenciais éticos e metodológicos que resultam no seguinte dilema: a depender da estratégia de auto-apresentação como pesquisador, poderia, por um lado, ao adotar uma abordagem narrativa “onisciente”, ser acusado de elidir meus procedimentos metodológicos. Por outro, se descrevesse com fidedignidade meu vínculo com meus interesses de pesquisa e com alguns interlocutores e a minha abordagem autodeclaratória, estaria sujeito a uma modalidade de exposição potencialmente vulnerabilizante. Natália Lopes aborda esse mesmo tópico sobre seu fazer antro-po-etnográfico como antropóloga e prostituta, trazendo a discussão de forma urgente para dentro do campo acadêmico, atentando à dinâmica moralizada de legitimação de certos discursos:

Sob a alegação de que a posição do pesquisador em campo impacta diretamente na qualidade dos dados levantados e nos resultados obtidos pela pesquisa, esconde-se uma inquisição de caráter moral, extremamente excludente, que tem a ver com a produção de critérios de legitimação de discursos no interior do campo acadêmico. (...) Em minha pesquisa de doutorado sobre prostituição “de luxo” no Rio de Janeiro fiz a opção metodológica de manter ambíguo o meu “lugar de fala”, criando uma personagem híbrida entre a minha própria posição no campo e das minhas interlocutoras prostitutas. Esta opção, à época oportuna para defender meu trabalho de certos ataques, procurava traduzir-se numa saída politicamente orientada a favor da liberdade de ser de mulheres que optam pelo exercício da prostituição e, ao mesmo tempo, num manifesto contra as hierarquias dos saberes e posições de pesquisadores e nativos, na Antropologia (LOPES, 2018).

Não considero que minha posição demande autojustificativas em termos morais, mazela comum na literatura socioantropológica que envolve pesquisa de práticas sexuais. Suspeito que a autojustificativa sistemática do lugar de campo como “especial”, “liminar”, “marginal”, “sexual” etc. acaba por (1) super produzir o campo performaticamente como tal e (2) reiterar performaticamente que a condição investigatória do estudioso do campo de práticas eróticas está mais relacionada à

natureza do que ele estuda do que propriamente com o procedimento metodológico de simetriação “pesquisador-campo” e o exercício da posicionalidade etnográfica – que, ademais, na verdade, *são premissas de qualquer empreendimento antropológico-etnográfico*, conquanto seja impossível realizar uma antropologia sem o corpo (FERREIRA, 2008).

Não estou isento de interpelações possíveis ao produto-tese ou ao meu lugar de pesquisador. Instituo esta reflexão sem a ilusão de que está apenas ao meu alcance modular os efeitos desse tipo de interpelação, mas para colocar em perspectiva o ocasional “voyeurismo sedento pela explicitação do lugar do pesquisador em temas como a prostituição, vistos a partir de uma perspectiva ‘próxima’” (LOPES, 2018).

PRODUÇÃO SOCIAL DO EXPEDIENTE

Uma forma bastante corrente de compreender o fenômeno da existência de pessoas que negociam dinheiro explícita e sistematicamente para expedientes marcados por práticas afetivas, sexuais e eróticas, é entendê-las como *trabalhadoras*. Tal ideia advém da compreensão de que é necessário estabelecer premissas simétricas que garantam a dignidade dessas pessoas, sendo tais premissas sustentadas pela crença de que o trabalho para a subsistência, não ferindo princípios éticos, é absolutamente justificável, mesmo tocando em temas moralizados e normatizados como o afeto, o erotismo e o sexo. Chamam este *trabalho* de *sexual* por causa da importância atribuída ao sexo durante o expediente.

O dispositivo discursivo do *trabalho sexual* se firma e reproduz, dentre outros contextos sócio-culturais, em certas tradições acadêmicas e, principalmente, em movimentos sociais que, muito acertadamente, buscam em uma esfera política pública, barganhar dignidade e garantir direitos humanos para populações subalternizadas em função de suas práticas, identidades, subjetividades, existências⁵.

Foi notável, na pesquisa de campo, como GPs associam-se à ideia de *trabalhador do sexo*. Coerente, posto que GPs são co-partícipes na produção das categorias e convenções sobre o próprio expediente e também sobre si. Eu, como pessoa-que-já-fez-programas, assim como vários interlocutores de pesquisa, vejo a noção de “trabalho sexual”, ou ao menos certo arcabouço residual da forma-trabalho, como valor-hora etc., como recursos estratégicos para negociar os termos do programa dentro de uma mesma linguagem objetiva e (pretensamente) segura.

Noções *trabalhistas* também podem emergir como uma forma de conferir inteligibilidade à práxis prostitucional, a partir de uma necessidade individual de atribuir um sentido a essas práticas biograficamente, purificando a esfera “ *pessoal* ” da “*do trabalho*” (onde a práxis prostitucional se encaixaria), conforme sugere um interlocutor:

Bad Wombat: Eu não acho que eu tenha que ter uma super diferenciação, porque, sei lá, meu namorado, ele trampa numa empresa, (...) ele tem a vida dele pessoal, e ele tem a persona do trabalho. (...) Não é como se ele fosse super diferente, como se ele tivesse passado por um processo super pá para diferenciar as duas coisas. Então eu também não acho que eu tenho que passar, entendeu? Eu acho que é só um trabalho que eu faço. São projetos que eu faço. Eu vejo amigos meus que trabalham e também

⁵ Como explica Miguel Acero, “o conceito de trabalhador(a) sexual utilizado nos últimos anos, em contraposição ao de prostituto(a), é explicado pela necessidade de ser retirada sua carga pejorativa e também pela necessidade, no exercício da conceitualização, de se determinar com especificidade e clareza a atividade desenvolvida. Isto colocado, deve-se levar em conta que o trabalho sexual supõe a voluntariedade das pessoas que prestam os serviços sexuais, pois caso contrário seria considerado exploração sexual e, conseqüentemente, traria repercussões legais” (ACERO, 2011: p.249).

não têm uma grande diferenciação do que eles são e do que eles fazem. (...) Eu acho que não tem muito, não precisa ser muito bem delimitado. Então eu não me preocupo muito com isso. (...) Eu acho que isso não é e não precisa ser também extremamente específico no caso de garotos de programa, porque não é necessariamente assim com as outras pessoas, saca?

Aqui, todavia, não partimos da ideia de *trabalho sexual* como um construto analítico, mas como uma das categorias que disputam e operam o processo de significação das práticas prostitucionais. Uma categoria êmica, portanto. Esse procedimento antropológico tem como objetivo esquivar-se de essencializações para, justamente, remontar o encontro da prática prostitucional, suas corporalidades e etiqueta, para ajudar a responder uma pergunta-dupla talvez anterior ao conceito de *trabalho sexual*, qual seja: ***quando o trabalho vira sexual?, quando o sexo vira trabalho?***

Passamos, assim, ao exame de um desenquadramento das práticas prostitucionais como trabalho sexual. Em uma monografia de 2014 se lê:

A prostituição é uma prática que se configura pelo trabalho com o corpo. O termo trabalho, por sua vez, remete às condições mercadológicas regidas pela formação social capitalista que nos constitui enquanto sujeitos na contemporaneidade. Nesse sentido, o corpo assume um estatuto de produto consumível no que diz respeito à sexualidade, ao passo que se torna o lugar de inscrição do sujeito do discurso, imerso em uma cultura que o determina e que por ele é determinada. Para além de biológico e físico, o corpo é investido de aspectos sócio-ideológicos os quais determinam a conduta dos sujeitos ao longo dos tempos. Um corpo que se mostra e que se esconde, enquanto abrigo de um sujeito duplamente constituído: assujeitado pela ideologia e cindido pelo inconsciente (RADDE, 2014: p.8).

A ideia própria de *trabalho com o corpo* é tautológica, conquanto o corpo seja unidade elementar de qualquer trabalho. Contudo, o excerto aponta para dois aspectos relevantes do debate sobre trabalho e capitalismo. O primeiro seria o alcance da máquina de captura capitalística (que se aprofunda na medida do alcance e sinergização de ferramentas e indústrias laterais – aplicativos, rede hoteleira etc. – e sistemas regulatórios). O segundo seria a visão de uma captura do GP-“profissional” não mais como produtor, mas como mercadoria, em um registro cujo paradigma não seria mais a produção, mas o consumo (BAUMAN, 2008). Vender o auto-investido aparato profissional seria posicionar-se como mercadoria. Nesse caso, contudo, falaríamos de uma captura generalizada, não apenas aplicável ao GP.

Podemos aventar, contudo, que ao papel do GP seja imputada uma atribuição simbólica híbrida que mescla em um mesmo agente um duplo componente simbólico: o corpo nu, barganhável, passivo, colonizado, e o corpo jurídico, objetivo, negociável, comercial. Sobre essa segunda visão, uma monografia de 2010 nos diz: “No negócio do sexo masculino adulto executado pelos homens que observei e escutei, mercadoria e vendedor são uma só coisa. São as etapas do Negócio: Exposição da mercadoria; Acerto do negócio; Transação sexual” (VIANA, 2010: p.67).

Discordo frontalmente. Pensar o programa em etapas, como o autor acertadamente faz em sua análise, não justifica a postulação de que uma pessoa é, mesmo que ritualmente, a mercadoria em si. A pessoa-mercadoria não é senão uma metáfora, ou, no máximo, metonímia co-extensiva da execução de um programa. Se a narrativa êmica, seja de clientes, seja de GPs, narra o “vendedor” como “mercadoria”, por um lado, por outro, em uma análise antropológica mais detida (ao menos

na da presente análise, que reconstrói a produção da pessoa-sujeito do ponto de vista da sucessão de programas), esse axioma não se sustenta⁶.

Todavia, os esforços por aproximar convenções laborais da atividade prostitucional são compreensíveis. Por um lado, é necessário enquadrar, descrever e dar coesão e essas práticas. Por outro lado, as próprias dinâmicas prostitucionais, como as flagradas por mim e pela literatura revisada, aproximam-se de tais convenções, como a de *prestação de serviço* (VIANA, 2010: p.56).

Falamos, aqui, de uma rotina relacionada à *forma-trabalho*, à *forma-prestação-de serviço*. Não entendo a rotina apenas como indício de uma aproximação analógica do trabalho, mas principalmente como um dispositivo iterativo a produzir simbolicamente a sucessão de programas em um registro performativo da situação laboral.

Ainda assim, tal forma típico-ideal se imiscui e confunde com outros registros do “ganha-pão”, estando longe de representar uma univocidade. Há que se considerar um certo grau de porosidade ocupacional a tensionar (episodicamente ou não) a noção de *trabalho*. Sobre a prostituição feminina Natânia Lopes nos diz:

Para citar três situações típicas, nas quais ficam claros os limites da noção de “trabalho” para a compreensão da atividade prostitucional, pode-se pensar que: 1) há muitos casos de mulheres que se prostituem apenas através de uma pequena rede de clientes fixos, sem a mediação de um agenciador. E a troca de sexo por dinheiro, não raro, vai aí se tornando menos imediata e mais fluida, diluída numa relação que pode se deslocar da impessoalidade do contrato profissional para o nível pessoal e íntimo, onde os acordos se fundamentam mais na confiança mútua e no afeto. 2) Há casos em que as mulheres trabalham por um curto período de tempo num bordel ou num site, com um objetivo de ganho específico e pontual destinado a determinado fim, como comprar um carro, uma casa, ou quitar uma dívida. 3) E há também casos em que a identidade profissional de quem se prostitui constitui-se escorada noutras carreiras, relacionadas ou não à prática dos “programas”, como dançarinas, recepcionistas de grandes festas e eventos, modelos e estudantes universitárias (LOPES, 2018).

Tais exemplos demonstram a fragilidade e contingência das convenções laborais em relações cujas transações financeiras ancoram-se em naturezas simbólicas contrastantes. Será que não nos aproximamos, portanto, da ideia de uma *forma relacional* quando falamos de *trabalho sexual*? Sendo uma forma relacional, não seria precipitado instituir a auto-elaboração subjetiva de qualquer interlocutor/a de pesquisa que realiza programas como uma pessoa *trabalhadora sexual* aprioristicamente?

Considerando estas questões, adotaremos aqui o seguinte ponto de vista: *trabalho sexual*, não é, para os fins aqui propostos, uma categoria de análise, mas um objeto de estudo. Mas se a ideia *trabalho sexual* é inexata ou esgota-se como ferramenta de análise, o que colocar no lugar? Em lugar de abandonar o conceito (AGUSTÍN, 2005: p.109), faz-se necessário reimaginá-lo, somar construtos, adequar e posicionar palavras anacrônicas em novos arranjos e territórios que representem a dinâmica livre das ideias – e da vida simbólica. Nesse sentido, além do deslocamento argumentativo que proponho na ideia de uma “antropologia do programa”, talvez possamos nos aproximar da ideia do *programa* como “sociabilidade lúdica” (SANTOS, 2019: p.51), além dos conceitos “comunidade de prática” (HAMANN et al., 2018), “práxis prostitucional” (BURBULHAN, 2014) e “fazer prostitucional” (LOPES, 2018)⁷.

⁶ Quando Néstor Perlongher disserta sobre este tema, ele toma a precaução de, em lugar de dizer que o corpo é mercadoria, que “o corpo é tomado como mercadoria” (2008: p.254, grifo meu).

⁷ Outro ferramental interessante é o proposto por Cristiano Hamann para pensar a performatividade masculina heterossexual no contexto das elaborações discursivas correntes em seu trabalho de campo, onde o autor flagrou-descreveu “tensionamentos entre discursos *familistas* (no qual, nas narrativas dos homens, a existência de um

Amigo vs. cliente

O trabalho de campo da presente pesquisa indicou a existência de uma porosidade entre as categorias *amigo* e *cliente*. Dan, por exemplo, narra como Sandro, um homem que ele conheceu em uma sauna, o ajudou a fazer conexões com teatros em São Paulo, de forma a facilitar com que ele conseguisse atuar neles como dançarino. Desse modo, as conexões associadas na biografia de Dan ao expediente transacional ensejaram uma modalidade de relação em que os limites do expediente do programa borraram-se na mesma medida em que a ideia de cliente passou a ceder à categoria *amigo*.

Assim, ele passou a cultivar relações com clientes-que-são-amigos, ou amigos-que-são-clientes. Pergunto:

Eros: E qual que é a diferença entre cliente e amigo, se há diferença, ou não?

Dan: Geralmente, o amigo, a gente não vai tá fazendo tanto programa. O amigo, ele é aquele que um dia a gente pode sair pra curtir, não necessariamente ele tenha que pagar tudo. Por exemplo, dias que a gente vai sair, eu pago, por exemplo, o Eli. O Eli hoje em dia a gente não faz programa, né? (...) Antigamente a gente ia, por exemplo, um dia no mês ele pagava alguma coisa, [uma janta no McDonalds], (...) no outro mês eu ia lá e eu pagava um rodízio de japa, o Mc, entendeu? Isso é o “ser amigo”. Mas também há casos como o lá de São Vicente, que ele, a gente saiu pra comprar tecido, ele me ajudou, que ele tem máquina de costura, (...) ele me ensinou a costurar, pra mim costurar uma fantasia, que eu ia dançar, tudo o mais, só que nós fazemos também programa; só que, por exemplo, ele me ajudou a ir até lá comprar os tecidos aqui, comprei os tecidos, entendeu? Tem essa parte. E o cliente é aquele que tá lá mais pra fazer as coisas, às vezes dando presentes. Só que ele, por exemplo, vai ser quem vai pagar as coisas, por exemplo, o Sandro. O Sandro, ele paga tudo. Eu estou saindo com Sandro e o Sandro vai pagar tudo no final. Por exemplo, o Sandro, eu vou lá jantar com ele; na minha concepção eu não precisaria receber porque eu estou indo jantar, só que ele faz questão de me dar dinheiro, entendeu? Porque eu fui lá jantar na casa dele, por exemplo. Então é isso que eu considero cliente.

Assim, uma primeira forma de significação da diferença entre *amigo* e *cliente* é mediante a interpretação da circulação e atribuição simbólica ao dinheiro. O amigo não possui grandes responsabilidades financeiras com o GP – “não necessariamente ele [tem] que pagar tudo”. A relação de amizade também permite dinâmicas como trocas de experiência e aprendizado, como explica Dan. O cliente, por outro lado, se firma como tal mediante a centralização do dinheiro na relação, que é marcada pela companhia íntima (seja ela sexual, seja relacionada a um jantar). Mesmo quando não há engajamento, o gesto do cliente estabelece um controle sobre a relação, uma captura simbólica que modula a relação, como no caso de Sandro, que paga pelo tempo gasto com Dan mesmo em situações que este não considera tarifáveis, como uma janta.

A pergunta seguinte não poderia ser outra.

Eros: O que é um programa?

marco heterossexual supostamente imunizaria da homossexualidade) e *laboristas* (no qual a prostituição era narrativamente tomada pela via de uma noção de trabalho que os resguardar do prazer nas relações com clientes)” (HAMANN, 2019: p.135). Um recurso analítico proficuo seria, a exemplo desse procedimento, substituir a pretensão generalista pressuposta pelo conceito de *trabalho sexual* por conceitos orientados por posições e dinâmicas nativas do campo (como uma orientação discursivo-atitudinal *familista* versus *laborista*, proposta no excerto acima).

Dan: Um programa é bem variado. Tipo, eu considero um programa quando alguém precisa de uma atenção e ela paga por isso. Como é o caso do Sandro, que se eu for jantar com ele já está me dando dinheiro.

O programa, definido como situação em que há pagamento, opera, assim, fundamentalmente a definição de *amigo* e de *cliente* para Dan. O conteúdo do programa se desloca do campo das práticas sexuais para um campo muito mais amplo, qual seja, demanda por *atenção*. Assim, a *amizade*, seja como categoria, seja como forma, pode ser um recurso comum – em termos da construção entre as duas partes – de uma relação de reincidência, em que os termos da negociação são modulados pelo desenvolvimento de uma relação contínua – que se encerra cada vez menos na situação do programa em si.

Tal fato opera um deslocamento semântico importante para o *dinheiro*, em que a *forma-cachê* passa à ressignificação via *forma-ajuda*. Assim, o deslocamento do sujeito é retroalimentado pelo deslocamento semântico do dinheiro. O dinheiro não é portador de um valor intrínseco, mas deflagra-se simbolicamente operativo a partir das relações que engendra. Em outras palavras, se o valor de algo é concretizado no ato da troca (APPADURAI, 2008), a comensurabilidade atribuída ao dinheiro passa a ser entendida como um sentido dentre tantos que podem ser deflagrados nas relações que o envolvem.

Assim, argumento, onde a noção de *amizade* se desenvolve, mais distante ficamos de uma construção ontológica do *programa* como mercadoria. Sobre este tema, registra um autor:

De maneira geral, alguns clientes não gostam de usar a expressão “preço a pagar”. Muitos preferem dizer que se trata de uma ajuda ou de um presente, por exemplo. Alguns garotos de programa também não utilizam costumeiramente a expressão pagamento – para eles o preço é demandado de outra forma: uma ajuda, um presente ou mais corriqueiramente “dar” ou “fazer uma mão” (POCAHY, 2012: p.145).

Tal preferência não é gratuita. Ela responde a uma pulsão moralizadora que busca se afastar da fria simbologia do sexo pago na sua forma-mercadoria para o campo da dádiva. Assim, não se imputa apenas o afeto ao expediente do programa, mas à relação com o GP, em um ardil que busca esmaecer, negar, eufemizar a troca em nos termos objetivos demandados no campo da negociação (valor-hora, valor por prática tabelada, valor pela gozada etc.).

Um *amigo*, lembramos do que estatuiu Dan, não tem as mesmas responsabilidades de um *cliente*. Assim, ao dar uma “ajuda”, um “presente”, “fazer a mão”, o cliente está performando um deslocamento simbólico que tem ou pretende ter implicações para o programa. Tal deslocamento baseia-se (i) na preeminência da barganha sobre a negociação, (ii) na flexibilização das responsabilidades com o GP e (iii) no auto-investimento identitário, não como um *cliente*, mas como alguém que exerce um papel diferente na relação: o papel de *amigo*.

Tal discussão elucida o fato de que a porosidade entre os sentidos atribuídos ao dinheiro implicam, neste caso, também em porosidade nas relações que envolvem a forma-trabalho, e que são evidentes quando se fala em práticas mercantis-transacionais que envolvem expectativas afetivas e regulação institucional descentralizada. Dito dessa forma, e trazendo para o nosso contexto, para o cliente – ou pessoa-que-paga –, o dinheiro gasto em um programa não necessariamente será entendido como *pagamento*. A ideia de *pagamento* sugere frieza, aspecto que não combina com a forma

como práticas afetivas/sexuais/eróticas são lidas socialmente como legítimas em termos hegemônicos, isto é, calorosas e interessadas⁸.

Chegamos, então, neste ponto, à problemática das micropolíticas das relações engendradas através de transações econômicas-comerciais. Aqui evocamos o clássico debate antropológico a respeito do princípio da reciprocidade (MAUSS, 2011a; LÉVI-STRAUSS, 2011) para pensar a construção simbólica de estatutos ontológicos por meio de trocas de itens estratégicos.

As dinâmicas de *programa* e *ajuda* descritas têm seus limites testados no ruído entre diferentes cosmovisões sobre a factualidade da troca de situações sexuais-eróticas-afetivas por dinheiro e itens de valor. O dinheiro e/ou bens valorosos, aqui, mediam os fluxos simbólicos e econômicos que estabelecem as cores e formas das relações pleiteadas e performadas.

A mercadoria, da qual aproximamos o *programa* negociado na forma-prestação-de-serviço, é pautada pela equivalência monetária (em que a precificação ocupa um lugar simbólico muito expressivo), e se justifica em fins objetivos de ambas as partes (representantes da oferta e da demanda). O cliente quer o *programa* (significado pelos atributos operados no procedimento de fetichização da mercadoria – sexo, *atenção*, pau grande etc.); o GP quer o dinheiro (significado pela retórica laboral da forma-trabalhador-assalariado – Uber, trabalho, produto).

A transação que tem a mercadoria como centro, assim, não necessariamente demanda continuidade, e nem se impõe mediante obrigação moral. A reincidência, desse ponto de vista, é entendida como uma relação utilitária, uma atitude centrada em um sistema de preços e capitais, em que o ganha-ganha é posto nos frios termos de uma mecânica capitalística de mercado.

O lado “oposto”, por assim dizer, é o lado da dádiva. Esta enraíza-se na noção de obrigação de dar, receber e retribuir. A dádiva opera em ciclos, e está relacionada a relações de reciprocidade e solidariedade, de modo a estabelecer e manter laços sociais. A *ajuda* operada pelo *amigo*, assim, encontra-se atrelada ao registro operativo dessa mecânica social. Uma vez que o sexo, o carinho, a atenção, o afeto não correspondem a um modelo de precificabilidade, adentramos em um terreno em que as trocas demonstram não propriamente uma equivalência de vetor matemático, mas obrigações societárias cujos valores morais são negociados, argumento, em termos de uma linguagem do afeto (pleiteada, aparentemente, mais pelo cliente). Tais valores, suponho, não podem ser generalizados sem um estudo aprofundado sobre tais relações.

Matriz analítica	Mercadoria	Dádiva
Ontologia	Programa	Ajuda
Atores-Relação	Trabalhador sexual / Cliente	aquele-que-é-ajudado / Amigo
Engenharia social da troca	Trocas mediante equivalência de atos <i>versus</i> valores (precificados, às vezes tabelados); o GP e o cliente negociam a compra-e-venda de uma situação-programa com limites intrínsecos previamente discutidos e acordados.	Os expedientes sexuais e afetivos são retribuídos por dinheiros, itens de valor ou acesso a certos itens, serviços ou aspectos do estilo-de-vida e vice-versa.
Reciprocidade	A troca monetária se processa por uma máquina de equivalência (normalmente o <i>preço</i>), e não há ciclo fundamentado em laços sociais alheios ao expediente de mercado.	Trocas envolvendo sexo-afeto e dinheiro operam de acordo com as obrigações de dar, receber e retribuir, ensejando e habilitando relações de maior prazo, em uma temporalidade marcada pela intimidade.

⁸ Do ponto de vista do cliente, inclusive, eventualmente talvez não exista nem programa, nem GP (mesmo que, para o GP, exista cliente), mas sim uma relação de outra ordem, como de *ajuda*, (como as supracitadas). Nesse caso, o cliente refutaria também a visão de si como tal.

Falamos, enfim, de dois adensamentos simbólicos típico-ideais cujo estatuto ontológico é eventualmente disputado a partir de diferentes pulsões societárias, cujos termos definem-se através da circulação de convenções afetivas e econômicas. Aproximamos, assim, em um exercício analítico, o programa da *forma-mercadoria*, e a *ajuda da forma-dádiva*.

Conforme sustentado até agora, o terreno das convenções relacionais operadas pela troca de bens e dinheiro por situações afetivas-sexuais marcadas pela presentificação de uma certa corporalidade-subjetividade está longe de se organizar cartesianamente. Os fluxos simbólico-econômicos operados pelo expediente da troca, nos ajudam a pensar, nesse sentido, tanto a constituição adensada de subjetividades e roteiros sociais, quanto o terreno arenoso impactado pela multiplicidade de convenções correntes que, é necessário dizer, podem ser sustentadas por ambas as partes (GP e cliente) de forma intermitente e, inclusive, simultaneamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, consolidada na tese de doutorado “*Uma aposta no abismo: a produção laboral do sexo em uma etnografia de programas, seus corpos & seus sujeitos*” e baseada em entrevistas com garotos de programa (GPs) a partir da cidade de São Paulo, apontou para a necessidade de se revisar práticas etno-antropológicas associadas à produção de conhecimento sobre tais sujeitos. Assim, fez-se imperioso o compromisso em (i) estabelecer um paradigma epistemológico que permita evitar a reificação, fetichização e exotização do sujeito GP, qual seja, aquele que centra a descrição e análise no fenômeno das situações-programas sistemáticas, (ii) estabelecer parâmetros epistemológicos e descritivos que honrem a população subalterna que se pretendeu investigar, (iii) assumir de forma ética, metodológica e epistemológica o impacto da posicionalidade da pessoa pesquisadora em campo, (iv) romper com apriorismos reificadores na abordagem da atividade prostitucional (como trabalho, como sexo ou como lazer) e (v) abordar de forma não taxativa a relação entre a produção da garotidade e da masculinidade e a circulação de bens e dinheiro – sendo que este último aspecto não foi explorado neste paper.

Espero, ao longo dessa explanação argumentativa, ter oferecido recursos para ampliar uma abordagem crítica e original à problemática da prostituição masculina, apresentando ferramentas conceituais e olhares epistemológicos capazes de concentrar o foco analítico na relação entre a emergência de um fato social e processos de produção de subjetividades, evitando vícios exotizantes. Tal tipo de leitura só é possível quando respeitamos a posicionalidade na pesquisa e tratamos as populações subalternas que pesquisamos com o rigor analítico-descritivo que é premissa inegociável do compromisso ético que assumimos no nosso processo formativo antro-etnográfico.

REFERÊNCIAS

ACERO, Miguel. “Implicações do trabalho sexual como atividade legalmente reconhecida: Um acercamento ao trabalho sexual desde suas dimensões sociológicas e econômicas”. In: Revista Prolegómenos – Derechos y Valores, 2011.

AGUSTÍN, Laura. “La industria del sexo, los migrantes y la familia europea”. In: Cadernos Pagu, v.25, 2005.

APPADURAI, Arjun. “Introdução: Mercadorias e a política de valor”. In: _____(org.). A vida social das coisas – As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: UFF, 2008.

BARRETO, Victor Hugo. Vamos fazer uma sacanagem gostosa? – Uma etnografia da prostituição masculina carioca. Niterói, RJ: Eduff, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo – A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BURBULHAN, Fernanda. A experiência michê: um estudo fenomenológico. Dissertação em Mestre em Ciências, USP, 2014.

FARIAS, Francisco. “Atividades secretas em noites sombrias: Memórias do universo dos garotos de programa”. In: Revista INTERthesis, vol.10, n.1, 2013.

FERREIRA, Paulo Rogers. Os afectos mal-ditos – O indizível nas sociedades camponesas. São Paulo: Anpocs/Hucitec, 2008.

HAMANN, Cristiano. “Arenas de poder na prostituição masculina: Notas sobre pesquisa”. In: OLIVEIRA, Thiago (org.). Homens nos mercados do sexo – Reflexões sobre agentes, espaços e políticas. Salvador: Devires, 2019.

HAMANN, Cristiano, PIZZINATO, Adolfo & ROCHA, Kátia. “Dimensões geosimbólicas do sexo tarifado entre homens: discussões provenientes de uma etnografia urbana”. In: Estudos e Pesquisas em Psicologia, v.18, n.2, Rio de Janeiro, 2018.

LOPES, Natânia. “Efeitos Colaterais da Proteção às Mulheres e o Trabalho de Prostituta – um esforço de pouso de uma fala não situada”. In: 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2018.

MELO, Glenda Cristina Valim de & LOPES, Luiz Paulo da Moita. “Ordens de indexicalidade mobilizadas nas performances discursivas de um garoto de programa: Ser negro e homoerótico”. In: Linguagem em (Dis)curso, v.14, n.3, 2014.

OLIVEIRA, Thiago. “Notas para uma economia afetiva: Trajetórias geracionais e circulação de bens a partir do Nordeste e da Amazônia”. In: Teoria e Cultura, v.13, n.1, 2018.

_____. “Introdução”. In: OLIVEIRA, Thiago (org.). Homens nos mercados do sexo – Reflexões sobre agentes, espaços e políticas. Salvador: Devires, 2019.

PASSAMANI, Guilherme, ROSA, Marcelo & LOPES, Tatiana. “Prostituição masculina e intersecções desejanter nas ruas de Campo Grande (MS)”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.35, n.103, 2020.

PERLONGHER, Néstor. O negócio do michê – A prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

POCAHY, Fernando. “‘Vem meu menino, deixa eu causar inveja’: ressignificações de si nas tramas do sexo tarifado”. In: Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana, n.11, 2012.

RADDE, Augusto. Entre prazer e necessidade, o discurso do corpo na prostituição masculina. Dissertação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

SABSAY, Leticia. *Fronteras sexuales – Espacio urbano, cuerpos y ciudadanía*. Buenos Aires: Paidós, 2011.

SANTOS, Renato Caio Silva. *Segredos de corpos nus: masculinidades, corpolatria e significados da prostituição entre garotos de programa de luxo*. Tese em Saúde Pública, USP, 2019.

SESTER, Eros. *Uma aposta no abismo: a produção laboral do sexo em uma etnografia de programas, seus corpos & seus sujeitos*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, USP, 2024.

VIANA, Normando José Queiroz. “É TUDO PSICOLÓGICO! DINHEIRO... PRUUU! FICA LOGO DURO”: desejo, excitação e prazer entre boys de programa com práticas homossexuais em Recife. Dissertação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado na área de Teses e Dissertações da Biblioteca Digital da USP, e pode ser acessado em <https://doi.org/10.11606/T.8.2023.tde-08022024-112148>.

FINANCIAMENTO:

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

O autor foi responsável por todos os aspectos do paper de acordo com taxonomia presente no protocolo CRediT – (*Contributor Roles Taxonomy*), que é mantido pelo [Consortia for Advancing Standards in Research Administration Information](#) (CASRAI).

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: O autor declara não haver conflitos de interesse.

MINIBIOGRAFIA DO AUTOR DO PAPER:

Eros Sester é Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas, Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, UX Researcher, ex-GP e músico (mEros Erros).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.